



MEDIDA PROVISÓRIA

Nº 689, DE 2015

NOTA DESCRITIVA

SETEMBRO/2015

SUMÁRIO

I – RELATÓRIO	3
Conteúdo da Medida Provisória	3
Autores das emendas apresentadas à Medida Provisória	4
1) abertura de crédito adicional:.....	6
2) adicional de incentivo à qualificação de servidores federais:.....	6
3) Carreira do Seguro Social do INSS:	6
4) cessão de servidores públicos:.....	6
5) contribuição de servidores licenciados:.....	6
6) exercício provisório em razão do deslocamento de cônjuges:	8
7) férias de servidores federais:	8
8) fornecimento de energia elétrica:.....	8
9) licença para exercício de mandato classista:	8
10) licença para tratar de interesses particulares:.....	9
- torna explícita a possibilidade de prorrogação da licença para tratar de interesses particulares por um número indefinido de vezes: nº 031;	9
11) licença-paternidade de servidores federais:	9
12) limite remuneratório:	9
13) polícia ferroviária:	9
II – JUSTIFICATIVA DA MEDIDA PROVISÓRIA	10

© 2015 Câmara dos Deputados.

Todos os direitos reservados. Este trabalho poderá ser reproduzido ou transmitido na íntegra, desde que citado o autor e a Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. São vedadas a venda, a reprodução parcial e a tradução, sem autorização prévia por escrito da Câmara dos Deputados.

Este trabalho é de inteira responsabilidade de seu autor, não representando necessariamente a opinião da Câmara dos Deputados.



Câmara dos Deputados
Praça dos Três Poderes
Consultoria Legislativa
Anexo III - Térreo
Brasília - DF

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 689, DE 2015

I – RELATÓRIO

Conteúdo da Medida Provisória

A Medida Provisória em exposição destina-se a alterar as regras que norteiam a contribuição previdenciária de servidores federais em gozo de licença não remunerada. De acordo com as normas vigentes, assegura-se ao servidor nessa situação a preservação do vínculo com seu regime previdenciário, mediante o recolhimento de contribuição idêntica à dos servidores em atividade, mas também se prevê a possibilidade do afastamento acarretar na suspensão do vínculo, na hipótese contrária, isto é, se o servidor não se dispuser a recolher a referida contribuição.

A MP revoga o dispositivo que prevê essa última situação e exige que seja recolhida também a contribuição da União para que o vínculo deixe de sofrer solução de continuidade. É mantido, simultaneamente, dispositivo (§ 4º do art. 183 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990) segundo o qual o encargo de que se cuida deve ser cumprido “até o segundo dia útil após a data do pagamento das remunerações dos servidores públicos, aplicando-se os procedimentos de cobrança e execução dos tributos federais quando não recolhidas na data de vencimento”.

Como resultado da combinação de normas revogadas, alteradas e preservadas, passa-se, na sistemática decorrente da MP, a exigir, de forma compulsória, o recolhimento tanto da contribuição do próprio servidor quanto da que deve ser vertida pela União. Não se trata do exercício de uma opção por parte do servidor, mas de uma obrigação tributária que lhe é imposta, a qual independe, por sua própria natureza, de manifestação de vontade do alcançado.

Como não se prevê exceção no texto que a MP impõe ao § 3º do art. 183 da Lei nº 8.112, de 1990, submetem-se à aludida obrigação, inclusive, servidores licenciados para exercer mandato classista e os que já se encontravam em gozo de licença contemplada pelo diploma em análise antes de sua edição. A única ressalva diz respeito ao *vacatio legis*, uma vez que se prevê a exigibilidade do tributo para 1º de janeiro de 2016, data compatível com o interstício previsto no § 6º do art. 195 da Constituição.

Autores das emendas apresentadas à Medida Provisória

Foram oferecidas 63 emendas ao texto da MP, subscritas pelos seguintes parlamentares:

- do Deputado RUBENS BUENO, as de nºs 1, 12, 43 e 44;
- do Deputado SERGIO VIDIGAL, a de nº 2;
- do Senador RICARDO FERRAÇO, a de nº 3;
- do Deputado GIACOBO, as de nºs 4, 5 e 6;
- do Deputado IVAN VALENTE, a de nº 7;
- do Senador WALTER PINHEIRO, as de nºs 8 e 9;
- do Deputado ROGÉRIO ROSSO, as de nºs 10, 11 e 62;
- do Deputado CELSO RUSSOMANNO, as de nºs 13 e 14;
- do Deputado EDUARDO BOLSONARO, as de nºs 15, 16, 17 e 037;
- do Deputado DIEGO GARCIA, a de nº 18;
- do Deputado MARX BELTRÃO, as de nºs 19, 20, 21, 22, 023, 24 e 25;
- do Deputado VICENTINHO, a de nº 26;
- do Senador RONALDO CAIADO, as de nºs 27, 28 e 29;
- do Senador ROMERO JUCÁ, as de nºs 30 e 31;
- do Deputado VALTENIR PEREIRA, as de nºs 32, 51 e 52;
- do Deputado GONZAGA PATRIOTA, a de nº 33;
- do Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ, as de nºs 34 e 56;
- do Senador FLEXA RIBEIRO, a de nº 35;
- do Senador CRISTOVAM BUARQUE, a de nº 36;
- da Deputada PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE, as de nºs 38 e 42;
- do Senador PAULO PAIM, as de nºs 39, 40, 53, 54 e 55;

- do Deputado ALUISIO MENDES, a de nº 41;
- do Senador VALDIR RAUPP, as de nº 45 e 46;
- do Deputado PAUDERNEY AVELINO, a de nº 47;
- do Senador SÉRGIO PETECÃO, as de nºs 48 e 49;
- do Deputado MENDONÇA FILHO, a de nº 50;
- do Deputado DANIEL ALMEIDA, a de nº 57;
- da Deputada ERIKA KOKAY, as de nºs 58 e 59;
- do Senador JOSÉ MEDEIROS, a de nº 60;
- do Deputado MAX FILHO, a de nº 61;
- do Deputado INDIO DA COSTA, a de nº 63.

Conteúdo das emendas apresentadas à Medida Provisória

Agrupadas pelos assuntos abrangidos nos dispositivos a que se reportam, dispostos em ordem alfabética, as emendas podem ser descritas da seguinte forma:

1) abertura de crédito adicional:

- abre crédito adicional em favor do Ministério da Previdência Social para cumprimento de sentença judicial favorável a segurados da AERUS, fundo de pensão das extintas Varig, Cruzeiro e Transbrasil: nº 1;

2) adicional de incentivo à qualificação de servidores federais:

- introduz adicional de incentivo à qualificação a ser pago ao conjunto dos servidores federais: nº 25;

3) Carreira do Seguro Social do INSS:

- altera critérios de extensão de gratificação a servidores aposentados: nº 22;
- altera jornada de trabalho: nº 20;
- altera jornada de trabalho, remuneração, critérios de promoção e de extensão de gratificação a aposentados: nº 19;

- introduz adicional de incentivo à qualificação: nº 21;

4) cessão de servidores públicos:

- determina a contagem de tempo de contribuição de servidores licenciados sem remuneração compulsoriamente vinculados ao regime próprio: nº 9;

5) contribuição de servidores licenciados:

- determina que o servidor licenciado sem remuneração pague compulsoriamente sua própria contribuição previdenciária e metade da contribuição patronal: nº 42;

- determina que a Medida Provisória não se aplique a servidores licenciados ou afastados antes de 31.8.2015: nº 28;

- determina que a obrigação de recolher a contribuição patronal se dê após 12 meses de afastamento ou se ocorrer em decorrência do afastamento do cônjuge: nº 29;

- determina que o servidor licenciado sem remuneração pague compulsoriamente sua própria contribuição e, progressivamente, pelo tempo do afastamento, também a patronal: nº 47;

- determina que o servidor licenciado sem remuneração preserve o vínculo com seu regime previdenciário pagando compulsoriamente 20% sobre sua remuneração total: nº 9;

- determinam que o servidor licenciado sem remuneração preserve o vínculo com seu regime previdenciário pagando compulsoriamente apenas sua própria contribuição: nºs 11, 14, 17, 43 e 46;

- determina que os servidores em gozo de licença não remunerada antes da edição da MP recolham compulsoriamente apenas sua própria contribuição: nº 45;

- determina que servidores licenciados para acompanhar cônjuge sem remuneração sejam isentados do recolhimento da parcela patronal: nº 7;

- exclui da obrigação de pagar a contribuição patronal servidor indicado pelo Governo brasileiro para ocupar cargo ou função em organismo internacional integrado pelo país: nº 49;

- exclui da obrigação de pagar a contribuição patronal servidores licenciados sem remuneração "para acompanhar cônjuge integrante do Serviço Exterior brasileiro": nº 48;

- restringem a servidores licenciados para tratar de interesses particulares a obrigação de recolher a contribuição patronal: n°s 52 e 59

- torna voluntário o pagamento de contribuições previdenciárias por parte de servidores licenciados, excluindo, no exercício dessa opção, o recolhimento da parcela patronal: n° 40;

- torna voluntário o pagamento de contribuições previdenciárias por parte de servidores licenciados, excluindo, no exercício dessa opção, o recolhimento da parcela patronal, exceto se para interesses particulares: n° 36;

- tornam voluntário o pagamento de contribuições previdenciárias por parte de servidores licenciados, preservando, no exercício dessa opção, o recolhimento da parcela patronal: n°s 2, 3, 10, 13, 16, 18, 27, 38, 44 e 61;

6) exercício provisório em razão do deslocamento de cônjuges:

- asseguram ao cônjuge de servidor em exercício no exterior o direito de participar de processo seletivo para exercer função de auxiliar local em representações diplomáticas, prevista no Decreto n° 1.570, de 1995: n°s 51 e 58;

- asseguram ao cônjuge de servidor em exercício no exterior o direito ao exercício provisório previsto no § 2° do art. 84 da Lei n° 8.122, de 1990: n°s 51 e 58;

- revoga dispositivo que veda o exercício provisório decorrente do deslocamento de cônjuge no caso de servidores em exercício no exterior: n° 15;

7) férias de servidores federais:

- restabelece a possibilidade de conversão de 1/3 das férias de servidores federais em pecúnia, revogada desde a Lei n° 9.527, de 10 de dezembro de 1997: n° 63;

8) fornecimento de energia elétrica:

- introduzem normas relacionadas ao fornecimento de energia elétrica na região nordeste: n°s 4, 5 e 6;

9) licença para exercício de mandato classista:

- acrescenta aos casos de falta punível com a demissão o recebimento de remuneração durante o gozo de licença para o exercício de mandato classista: n° 35;

- determinam o cômputo para todos os efeitos de afastamento decorrente da concessão de licença para exercício de mandato classista: n°s 53, 54, 55, 56, 57 e 60;

- determinam que o tempo de serviço de servidor decorrente de licença para exercício de mandato classista só não seja computado para estágio probatório, estabilidade e promoção: n°s 8 e 39;

- excluem a possibilidade de se conceder licença não remunerada a servidores para participar de gerência ou administração em sociedade cooperativa: n°s 8, 23, 26, 39 e 41;

- permitem a concessão de licença para exercício de mandato classista também no que diz respeito a centrais sindicais: n°s 8, 26, 34, 37, 39, 41, 53, 54, 55, 56, 57 e 60;

- tornam remunerada a licença para exercício de mandato classista: 8, 23, 24, 26, 34, 37, 39, 41, 53, 54, 55, 56, 57 e 60;

10) licença para tratar de interesses particulares:

- torna explícita a possibilidade de prorrogação da licença para tratar de interesses particulares por um número indefinido de vezes: n° 31;

11) licença-paternidade de servidores federais:

- estendem de 5 para 10 dias o prazo de licença concedido ao servidor federal de sexo masculino em decorrência do nascimento ou da adoção de filho: n°s 12 e 62;

- prevê a concessão ao servidor de 180 dias de licença-paternidade "nos casos de falecimento da mãe em decorrência de complicações no parto" ou de sua invalidez permanente: n° 62;

12) limite remuneratório:

- exclui da aplicação de limite remuneratório retribuição pelo exercício de função comissionada: n° 32;

13) polícia ferroviária:

- transforma em cargos de policial ferroviário os empregos de agentes, investigadores e supervisores de segurança ferroviária da extinta RFFSA: n° 33.

II – JUSTIFICATIVA DA MEDIDA PROVISÓRIA

Na Exposição de Motivos que acompanha a MP, consta de forma expressa o caráter compulsório que se deseja atribuir à contribuição previdenciária alcançada pelo instrumento. Esse é o conteúdo do parágrafo que introduz o documento, redigido nos seguintes termos:

De modo a conferir maior proteção ao servidor público federal afastado em razão de licenças ou afastamentos sem remuneração, notadamente àqueles em usufruto de licenças para tratar de interesses particulares (art. 91 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990), verificou-se a necessidade de manutenção obrigatória da vinculação ao Regime Próprio de Previdência do Servidor da União - RPPS.

Argumenta-se, em favor da referida providência, que medida semelhante já teria sido adotada por algumas unidades da federação. Quanto à exigência imposta ao servidor no sentido de acrescer à obrigação de recolher sua própria contribuição também a que seria devida pelo ente público, limita-se a MP a alegar que tal providência seria “mais consentânea com o interesse público”.

Elaborado por:
MAGNO ANTONIO CORREIA DE MELLO
Consultor Legislativo
Área VIII